



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 24 de Setembro de 2021
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2209



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1725, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021.



"Dispõe sobre a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Monte Carmelo/MG, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e de anormalidade, em especial as medidas necessárias à redução dos riscos de desastres.

Art. 2º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, conforme art. 142, II da Constituição Estadual, designar um oficial ou praça da corporação, na sede em Monte Carmelo/MG, e um oficial ou praça, subtenente ou 1º (primeiro) sargento, como coordenador adjunto para o exercício privativo das atividades de coordenação e execução de ações de defesa civil na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, mediante convênio com o município.

Parágrafo único. Até a instalação da organização do Corpo de Bombeiros Militar em Monte Carmelo, o Prefeito Municipal poderá designar, por portaria, um servidor público para a defesa civil do município.

Art. 3º Poderão ser designados praças bombeiro militar para o exercício privativo em apoio às ações de coordenação e fiscalização de proteção e defesa civil na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, mediante a celebração de termo de convênio com o Município de Monte Carmelo.

Art. 4º Caso seja necessária a atuação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC em âmbito regional, cabe privativamente ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, conforme art. 142, II da Constituição Estadual, designar um oficial ou praça da corporação, assim como um oficial ou praça coordenador adjunto do CBMMG, na sede em Monte Carmelo/MG, para o exercício das atividades de coordenação e execução de ações de defesa civil, mediante convênio com os municípios que integrem a região de Monte Carmelo/MG.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I - defesa civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - situação de emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - estado de calamidade pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Art. 6º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC manterá estreito intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, com o objetivo de

receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Art. 7º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, de acordo com o disposto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Art. 8º Integram a estrutura da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I - Gabinete do Coordenador;

II - Secretaria;

III - Seção de Projetos, Ensino e Planejamento para Redução de Desastres;

IV - Seção de Operações.

Art. 9º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I - executar, em âmbito municipal, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC;

II - coordenar, no âmbito local, as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, em articulação com a União e o Estado;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios, em condições adequadas de higiene e segurança, para assistência à população em situação de desastre;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, além de promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Parágrafo único. As ações previstas neste artigo poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

Art. 10 Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, em parceria com a União e o Estado:

I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no país;

II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitarem ou minimizarem a ocorrência de desastres;

III - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;

IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres

em escolas e hospitais situados em áreas de risco;

V - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;

VI - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.

Art. 11 Compete ao Gabinete do Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I - articular, coordenar e gerenciar as ações de proteção e defesa civil em nível municipal, sob coordenação e fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG;

II - representar a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC perante os órgãos governamentais e não governamentais;

III - implementar planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados ao assunto;

IV - recomendar a previsão de recursos orçamentários próprios, necessários às ações anuais da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, inclusive os recursos a serem usados como contrapartida de transferências da União e dos Estados, de acordo com a legislação vigente;

V - recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor municipal estabelecido pelo § 1º do art. 182 da Constituição Federal;

VI - propor ao chefe do poder executivo municipal a declaração de situação de emergência ou do estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente;

VII - encaminhar aos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC o processo de declaração de situação de emergência ou do estado de calamidade pública, observando os meios e prazos estabelecidos pela legislação;

VIII - manter os órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC informados sobre a ocorrência de desastres e sobre as atividades de proteção e defesa civil desenvolvidas em nível municipal;

IX - comunicar os órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;

X - favorecer a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a comunicação de riscos e a previsão de desastres;

XI - articular-se com o órgão estadual e regional de proteção e defesa civil para participar de planos de apoio mútuo entre municípios da região;

XII - propor ao Poder Executivo Municipal metas da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e os respectivos planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas pertinentes.

Art. 12 À Secretaria da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC compete:

I - manter disponível e atualizado, sob coordenação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG na sede do município, o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de desastres;

II - assistir o coordenador na administração da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

III - elaborar os documentos administrativos e controlar a movimentação de documentos internos e externos;

IV - confeccionar relatórios mensais, anuais e extraordinários, de acordo com as orientações do coordenador;

V - manter organizado o arquivo;

VI - manter atualizada a relação do material a cargo da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 13 À Seção de Planejamento e Redução de Desastres da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC compete:

I - promover, sob coordenação do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG na sede no município, a ampla participação da comunidade nas ações de proteção e defesa civil, especialmente nas atividades de prevenção, mitigação e preparação para desastres, inclusive com campanhas educativas e programas de treinamento de voluntários;

II - implementar planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados ao assunto;

III - elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações de anormalidades, em parceria com o Setor de Operações;

IV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

V - promover a mobilização comunitária com treinamento de voluntários e a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDECs, ou entidades correspondentes, especialmente em áreas de riscos intensificados;

VI - promover a inclusão dos princípios de proteção e defesa civil nos currículos escolares da rede municipal de ensino fundamental,

proporcionando todo apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material pedagógico-didático para esse fim;

VII - implantar bancos de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades e ocupação do território, definindo os níveis de riscos;

VIII - elaborar exercícios simulados, com a participação da população, para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

IX - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastres, em parceria com o Setor de Operações;

X - implantar e manter atualizado o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XI - preparar planos de ação para cobertura de áreas de risco;

XII - participar da criação e da interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a comunicação de riscos e a previsão de desastres;

XIII - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC no campo de sua competência.

Art. 14 À Seção de Operações da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC compete:

I - manter, sob coordenação do CBMMG na sede do município, a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

II - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

III - participar de exercícios simulados para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

IV - atentar para as informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento do tempo e do clima para executar planos operacionais em tempo oportuno;

V - comunicar ao Coordenador da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;

VI - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

VII - executar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

VIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres com o fim de fornecer dados para confecção dos documentos referentes à declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

IX - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

X - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XI - restabelecer ou solicitar o restabelecimento dos serviços públicos essenciais de áreas atingidas por desastres;

XII - acompanhar as ações de recuperação e reconstrução de cenários de desastres no município;

XIII - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

XIV - manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, no campo de sua competência.

Art. 15 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Monte Carmelo tem a finalidade de:

I - auxiliar na formulação, implementação e execução das ações da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

II - propor normas para implementação e execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC no âmbito municipal;

III - propor procedimentos para atendimento às crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável;

IV - acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil.

Parágrafo único. O presidente do conselho a que se refere o *caput* será indicado pelo Prefeito Municipal.

Art. 16 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil contará com representantes dos seguintes segmentos:

I - Poder Legislativo;

II - Poder Judiciário;

III - Poder Executivo;

a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e

Rurais;

b) Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente;

c) Secretaria Municipal de Inclusão Social;

d) Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Diretoria Regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;

V - Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Carmelo;

VI - Loja Maçônica;

VII - Igreja Evangélica;

VIII - Igreja Católica;

IX - Polícia Civil;

X - Polícia Militar;

XI - Ministério Público Estadual;

XII - Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE;

XIII - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU;

XIV - Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil serão designados por portaria conjunta, expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelo oficial ou praça bombeiro militar, coordenador municipal de proteção e defesa civil, de acordo com a indicação do representante de cada segmento.

Art. 17 Caberá ao presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - convocar, instalar, presidir e registrar as reuniões;

II - possuir sob seu controle os nomes e contatos dos membros;

III - tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer o direito do voto de qualidade;

IV - cumprir as instruções e baixar atos para executar as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 18 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil reunir-se-á:

I - ordinariamente, a cada 02 (dois) meses, por convocação do seu presidente;

II - extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou de um dos seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil serão instaladas com a presença mínima de maioria absoluta dos seus membros em 1ª (primeira) chamada e qualquer número de membros em 2ª (segunda) chamada.

Art. 19 Caberá ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil a elaboração do seu regimento interno.

Art. 20 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil poderá instituir, por prazo determinado, comissões ou grupos de trabalho compostos por especialistas para análises, pareceres e recomendações que subsidiem suas decisões.

Art. 21 Os servidores públicos e agentes políticos designados para a composição do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil não farão jus a qualquer gratificação ou remuneração adicional por sua colaboração, considerada de relevante interesse público.

Parágrafo único. Caberá aos integrantes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil conferirem prioridade à execução de suas decisões.

Art. 22 Fica criada a Semana Municipal para Redução do Risco de Desastres, a ser comemorada na primeira semana do mês de outubro, anualmente, junto à Semana Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 23 Revogam-se a Lei nº 108, de 16 de junho de 1998, Lei nº 562, de 27 de abril de 2005, Lei nº 1236, de 11 de março de 2015 e todas as demais disposições em sentido contrário.

Art. 24 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 21 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003
MUNICÍPIO - MONTE CARMELO - MG

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00004, de 24 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
MARIA VIEIRA CASTRO PIRES MENDES	312.119.336-87	4861/00027/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Ana Paula Pereira	Matrícula: 00438636
Cargo: Secretária Municipal de Fazenda / 10282	Assinatura:

Data de afixação: 24/09/2021

Data de desafixação: 09/10/2021



Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003
MUNICÍPIO - MONTE CARMELO - MG

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00005, de 24 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
SILVIO COSTA DE CASTRO PIRES	170.404.006-00	4861/00050/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Ana Paula Pereira	Matrícula: 00438636
Cargo: Secretária Municipal de Fazenda / 10282	Assinatura:

Data de afixação: 24/09/2021

Data de desafixação: 09/10/2021



Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003
MUNICÍPIO - MONTE CARMELO - MG


EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00006, de 24 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
VENCESLAU FERNANDES COSTA E OUTROS	306.983.086-20	4861/00032/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Ana Paula Pereira	Matrícula: 00438636
Cargo: Secretária Municipal de Fazenda / 10282	Assinatura: 

Data de afixação: 24/09/2021
Data de desafixação: 09/10/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº SRP 95/2021 NA FORMA: ELETRÔNICA. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 07 de outubro de 2021, às 09:00hs o Pregão SRP nº 95/2021 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Kits de Enxoval para Recém-nascidos, para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Inclusão Social. Com Cota reservada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 24/09/2021 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 07/10/2021 às 09h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 22 de setembro de 2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 77/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 98/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Material de Consumo, Utensílios de Cozinha, e Outros Materiais Permanentes, para atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo – MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 98/2021, modalidade Pregão SRP nº 77/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Cristiene Sabia Parreira Rocha – Comércio Eireli; JS Distribuidora Comercial Eireli; LM Comércio Ltda; K.C.R.S Comercio de Equipamentos Eireli – EPP; M Campos Distribuidora Eireli; Gonçalves e Teixeira Ltda; Dirceu Longo & Cia Ltda; Conectamed – Comércio e Distribuição Ltda. Data: 16/09/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 77/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 98/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 98/2021, modalidade Pregão SRP nº 77/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Cristiene Sabia Parreira Rocha – Comércio Eireli; JS Distribuidora Comercial Eireli; LM Comércio Ltda; K.C.R.S Comercio de Equipamentos Eireli – EPP; M Campos Distribuidora Eireli; Gonçalves e Teixeira Ltda; Dirceu Longo & Cia Ltda; Conectamed – Comércio e Distribuição Ltda. Data: 16/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 77/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 98/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ:

18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 238/2021: Cristiene Sabia Parreira Rocha – Comércio Eireli, CNPJ: 64.317.761/0001-54; Valor: R\$ 181,92. Ata RP nº 239/2021: JS Distribuidora Comercial Eireli, CNPJ: 29.566.210/0001-23; Valor: R\$ 7.222,40. Ata RP nº 240/2021: LM Comércio Ltda, CNPJ: 05.788.495/0001-89; Valor: R\$ 4.604,60. Ata RP nº 241/2021: K.C.R.S Comercio de Equipamentos Eireli – EPP, CNPJ: 21.971.041/0001-03; Valor: R\$ 23.364,00. Ata RP nº 242/2021: M Campos Distribuidora Eireli, CNPJ: 35.988.926/0001-11; Valor: R\$ 49.475,95. Ata RP nº 243/2021: Gonçalves e Teixeira Ltda, CNPJ: 08.422.075/0001-72; Valor: R\$ 6.216,00. Ata RP nº 244/2021: Dirceu Longo & Cia Ltda, CNPJ: 92.823.764/0001-03; Valor: R\$ 3.846,00. Ata RP nº 245/2021: Conectamed – Comércio e Distribuição Ltda, CNPJ: 37.652.973/0001-15; Valor: R\$ 23.247,72. **Valor Global:** 118.158,59. **Data:** 16/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 79/2021, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 100/2021. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para a Locação de Aparelho para Realização de Exames de Endoscopia e Colonoscopia no Hospital Municipal de Monte Carmelo/MG, para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro Suplente torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 100/2021, modalidade Pregão SRP nº 79/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** MTW Vascgastro Serviços Médicos Ltda, CNPJ: 36.170.191/0001-87. Data: 02/09/2021. Daniel Sant Clair Barbosa Portes – Pregoeiro Suplente. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 79/2021, FORMA: PRESENCIAL – PROCESSO Nº 100/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 100/2021, modalidade Pregão SRP nº 79/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: MTW Vascgastro Serviços Médicos Ltda, CNPJ: 36.170.191/0001-87. Data: 02/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 79/2021, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 100/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 231/2021: MTW Vascgastro Serviços Médicos Ltda, CNPJ: 36.170.191/0001-87. **Valor Global:** 72.000,00. **Data:** 03/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 83/2021, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 104/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Fertilizantes, Plantas Ornamentais, Gramas e Sementes, para atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 104/2021, modalidade Pregão SRP nº 83/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Flora & Flores Carmelitana Ltda ME, CNPJ: 86.555.984/00001-92. Data: 14/09/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 83/2021, FORMA: PRESENCIAL – PROCESSO Nº 104/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 104/2021, modalidade Pregão SRP nº 83/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Flora & Flores Carmelitana Ltda ME, CNPJ: 86.555.984/00001-92. Data: 20/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 83/2021, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 104/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 246/2021: Flora & Flores Carmelitana Ltda ME, CNPJ: 86.555.984/00001-92. **Valor Global:** 137.442,20. **Data:** 20/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br